

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 518.457 - RS (2019/0186789-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**YARA NASARIO - RS014162**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : RAFAEL ORLANDO DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **RAFAEL ORLANDO DOS SANTOS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Agravo em Execução n. 70079858544**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções determinou a reconversão das penas alternativas impostas ao apenado em privativa de liberdade, tendo em vista a sua não localização, em várias diligências, no endereço por ele informado (fls. 58-59).

Irresignada, a Defesa interpôs o agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, ao qual foi negado provimento, conforme v. acórdão de fls. 96-101 assim ementado:

**"AGRAVO EM EXECUÇÃO. APENADO NÃO LOCALIZADO. CONVERSÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA. DESNECESSIDADE.**

*A conversão da prestação de serviços à comunidade e da prestação pecuniária em pena privativa de liberdade, diante da notícia de que o apenado encontra-se em local incerto, tem amparo no artigo 181, § 1º, da Lei de Execução Penal, e independe do realização de audiência, bem assim do prévia intimação via edital (efetuada in casu).*

*Não há falar, pois, em invalidado da decisão que,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ante a não localização do apenado, converteu as penas restritivas de direitos em privativa de liberdade, com base em explícita determinação legal, revelando-se desnecessário, neste contexto, a designação de nova audiência admonitória, bem assim a realização de novas diligências no sentido de localizar o apenado.*

**AGRAVO DESPROVIDO."**

No presente **writ**, a impetrante afirma que a decisão que determinou a reconversão das penas restritivas em privativa de liberdade é nula, por violar o princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Sustenta que *"não realizada nova audiência, desconhecem-se as razões concretas que ensejaram o não-cumprimento da pena imposta ao paciente, motivo pelo qual a Defesa Pública entende prematura qualquer decisão que decrete a conversão em pena privativa de liberdade a restritiva de direito, porquanto há de ser oportunizada, primeiramente, a oitiva do reeducando"* (fl. 5).

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar para determinar *"a suspensão da decisão do Tribunal a quo até o julgamento do mérito do presente writ"* e, no mérito, pede a concessão da ordem a fim de cassar o v. aresto ora reprochado.

O pedido liminar foi **indeferido** (fls. 110-113).

Informações prestadas às fls. 121-139 e 141-144.

O Ministério Público Federal, às fls. 148-153, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ** e, se conhecido, pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADMISIBILIDADE. EXECUÇÃO PENAL. CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. RÉU NÃO LOCALIZADO NO ENDEREÇO CONSTANTE NOS AUTOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. - Parecer pelo não conhecimento do writ e, no mérito, pela denegação da ordem."**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, às fls. 157-161, manifestou-se pelo não conhecimento do **mandamus** e, se conhecido, pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. **In casu**, o **habeas corpus** é substitutivo de recurso especial e, portanto, incabível.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

A Defesa pretende, em síntese, seja cassada a decisão que reconverteu em sanção privativa de liberdade, as penas restritivas de direito impostas ao paciente.

Para a adequada delimitação da controvérsia, transcrevo os fundamentos adotados pelo eg. Tribunal **a quo** ao negar provimento ao agravo em execução, **verbis**: (fls. 98-100 - grifei):

*"Constata-se que o agravante foi condenado, pela prática do delito de tráfico de drogas, à pena de dois anos e nove meses de reclusão, substituída a sanção carcerária por duas penas restritivas de direitos, consistentes em 1.000 (mil) horas de prestação de serviços à comunidade e*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*prestação pecuniária correspondente a um salário mínimo vigente ao tempo do fato.*

*Contudo, inexistindo notícia do início do cumprimento, foi designada audiência de admoestação (fls. 9 -10 e 15-17), resultando prejudicada sua realização, pois não foi localizado o apenado no endereço fornecido (fl. 11). inviabilizando intimação, procedendo o juízo, então, à intimação editalícia do reeducando (fl. 22). que ainda assim não compareceu à solenidade,*

*O magistrado, então, acolhendo parecer do Ministério Público, converteu as penas restritivas de direitos em privativa de liberdade (fl. 26), razão pela qual insurge-se a defesa.*

*Registrou a decisão agravada:*

*Como o apenado não foi localizado no endereço constante dos autos, tampouco nas outras tentativas realizadas, imperativa a conversão da(s) pena(s) restritiva(s) de direitos em pena privativa de liberdade.*

*Inviável, com a devida vênia, a realização de diligências adicionais tendentes à localização do endereço do apenado, pois é obrigação sua mantê-lo atualizado.*

*[...]*

*Não merece reparo a decisão agravada.*

***Isso porque a conversão da pena de prestação de serviços em privativa de liberdade, diante da notícia de que o apenado encontra-se em local incerto, tem amparo no artigo 181, §1º, a, da Lei de Execução Penal, e independe da realização de audiência, bem assim da prévia intimação, via edital - diga-se, efetuada in casu -, pois basta à determinação da conversão da pena substitutiva a não localização do condenado.***

*[..]*

*E, no caso vertente, o agravante restou devidamente intimado de que deveria dar início ao cumprimento da reprimenda. Entretanto, não sobrevivendo notícia do início do cumprimento, foi designada audiência admonitória, ocasião em que o oficial de justiça, ao diligenciar ao endereço por aquele fornecido, não logrou encontrá-lo, constatando que o apenado não reside no local há mais de cinco anos (fl. 7v).*

***Havendo, pois, o próprio apenado deixado de cumprir obrigação que lhe incumbia - de fornecer seu endereço atualizado -, não há falar em reforma da decisão que, ante a não localização daquele, converteu a pena restritiva de direito em privativa de liberdade, com base em explícita determinação legal, revelando-se desnecessária, neste contexto, a designação de nova audiência admonitória, bem assim a realização de novas diligências no sentido de localizar o apenado.***

*Daí por que dou nego provimento ao agravo."*

*Colhe-se do v. acórdão recorrido que "no caso vertente, o agravante restou devidamente intimado de que deveria dar início ao*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*cumprimento da reprimenda. Entretanto, não sobrevindo notícia do início do cumprimento, foi designada audiência admonitória, ocasião em que o oficial de justiça, ao diligenciar ao endereço por aquele fornecido, não logrou encontrá-lo, constatando que o apenado não reside no local há mais de cinco anos" 'o próprio apenado deixado de cumprir obrigação que lhe incumbia" (fl 100) o que, de fato, justifica a imediata conversão da pena restritiva em privativa de liberdade.*

Com efeito, o art. 181 da Lei de Execução Penal, bem como o parágrafo 4º, do art. 44 do Código Penal, prescrevem que, em caso de descumprimento **injustificado** das penas restritivas de direitos, elas serão convertidas em privativa de liberdade.

De regra, deve ser assegurado ao recorrente o contraditório e ampla defesa, antes da aludida conversão. A jurisprudência deste Tribunal, inclusive, entende que para a conversão de medidas restritivas de direito em pena privativa de liberdade, é imprescindível a intimação do reeducando para que esclareça as razões do descumprimento, à luz dos princípios da ampla defesa e contraditório.

Nesse sentido:

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO.  
PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. SUPERVENIÊNCIA DE  
PRISÃO EM FLAGRANTE EM OUTRO PROCESSO.  
CONVERSÃO DA SANÇÃO ALTERNATIVA EM PRIVATIVA DE  
LIBERDADE. AUSÊNCIA DE OITIVA DO CONDENADO PARA  
POSSÍVEL JUSTIFICAÇÃO. NECESSIDADE. HABEAS  
CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE  
OFÍCIO.**

[...]

*II - Na hipótese, o juiz da execução, ante a mera notícia de que o paciente fora preso cautelarmente em outro processo, ou seja, em face de indícios do cometimento de falta grave e, sem a oitiva prévia do apenado, determinou, a reconversão das penas restritivas em prisão.*

*III - "O fato de o paciente ter sido preso cautelarmente pelo suposto cometimento de outro delito não constitui, por si só, motivação idônea à conversão da pena*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*restritiva de direitos pela privativa de liberdade. Inteligência dos art. 44, §§ 4º e 5º, do Código Penal" (HC n. 85.952/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 16/6/2008).*

***IV - A jurisprudência deste Tribunal entende que, para a conversão de medidas restritivas de direito em pena privativa de liberdade, é indispensável a intimação do condenado, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa.***

*Habeas corpus não conhecido.*

*Ordem concedida, de ofício, para cassar as decisões das instâncias ordinárias, que converteram as penas restritivas de direitos do paciente em privativa de liberdade, devendo outra decisão ser proferida pelo juiz da execução, mas com a prévia oitiva do condenado, em audiência de justificação" (HC n. 399.057/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 21/08/2017, grifei).*

***"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. WRIT ORIGINÁRIO NÃO CONHECIDO. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS CONVERTIDA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. DESCUMPRIMENTO REITERADO DA PRESTAÇÃO ALTERNATIVA. DESNECESSIDADE DE NOVA AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.***

*1. Esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, porém ressalta a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente, o que não é o caso dos autos.*

***2. "Na linha da jurisprudência desta eg. Corte, convertida a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, sem a prévia oitiva do condenado em audiência de justificação, e sendo expedido mandado de prisão, resta configurado o constrangimento ilegal (precedentes)." (RHC 55.684/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 6/5/2015)***

*3. Todavia, no caso, tem-se a peculiaridade de que a paciente já havia anteriormente se furtado a dar início ao cumprimento da pena alternativa, tendo sido ouvida em audiência de justificação e advertida das consequências advindas de eventual reiteração. Assim, reputa-se desnecessária e redundante a realização de nova audiência para que a apenada, mais uma vez, justificasse não ter dado início ao cumprimento da sanção alternativa, autorizando-se, desse modo, a imediata conversão de penas.*

# Superior Tribunal de Justiça

4. Evidenciada a idoneidade da fundamentação utilizada na origem, não há falar, portanto, em existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.

Agravo regimental desprovido" (AgRg no HC n. 363.785/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe de 09/06/2017, grifei).

No entanto, na hipótese, verifica-se, do acórdão transcrito acima, que **o recorrido**, por ocasião da tentativa de intimação pessoal, **não foi localizado**, em que pese a adoção de diversas diligências pelo d. Juízo de execução no endereço fornecido, diligências que restaram infrutíferas e constando que não residia no local a mais de 5 (cinco) anos.

Não se pode olvidar, outrossim, que é dever do condenado comunicar ao Juízo a mudança de endereço, consoante dispõe o art. 367 do Código de Processo Penal.

Sobre o tema:

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. INTIMAÇÃO DO CONDENADO NO ENDEREÇO FORNECIDO NOS AUTOS. REQUISITO OBSERVADO. PACIENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZADO. EXAURIMENTO DOS MEIOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CITAÇÃO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

**III - A Jurisprudência deste Tribunal entende que, para a conversão de medidas restritivas de direito em pena privativa de liberdade, é indispensável a intimação do condenado, assegurando-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.**

**IV - In casu, foi determinada a intimação pessoal do paciente, tendo o oficial de justiça certificado que o reeducando havia mudado do endereço informado nos autos há 2 (dois) anos (fl. 8).**

**V - Esta Corte possui entendimento sedimentado no sentido de que "[é] dever do acusado informar a mudança de endereço, conforme disciplina o art. 367 do Código de**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**Processo Penal. Não cabe ao Poder Judiciário realizar diligências para localizar o paradeiro do condenado quando frustradas as tentativas de intimação no endereço por ele fornecido" (HC n. 266.318/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 27/2/2014).**

**VI - Segundo julgado do eg. STF, 'O art. 181, § 1º, a, da LEP, não exige que haja intimação por edital do condenado que participou de todo o processo, tratando-se de hipótese diversa do réu revel [...]' (HC n. 92.012/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 27/6/2008).**

**Habeas corpus não conhecido" (HC n. 332.033/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 6/11/2015).**

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS. PRÉVIA OITIVA. INTIMADO. NÃO ENCONTRADO. DESÍDIA EM CUMPRIR A REPRIMENDA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.**

1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente, o que não é o caso dos autos.

2. Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o condenado deve ser previamente intimado para apresentar os motivos pelos quais deixou de cumprir a reprimenda. Essa exigência, porém, não pode ser utilizada para privilegiar aquele que esteja se furtando ao cumprimento da pena, em total descaso com o Poder Judiciário, sobretudo quando há a prévia intimação da defesa técnica, como no caso dos autos, em que o ora paciente, após inúmeras advertências, não foi encontrado no endereço declinado nos autos.

3. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 356.991/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe de 28/10/2016).

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. (1) MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PRÉVIA OITIVA DO SENTENCIADO. LOCALIZAÇÃO DO SENTENCIADO.**



# *Superior Tribunal de Justiça*

**TENTATIVAS INEFICAZES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. (2) WRIT NÃO CONHECIDO.**

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de exigir-se a prévia oitiva do apenado para que se possa justificar as razões do descumprimento de medidas restritivas de direitos antes de sua conversão em pena privativa de liberdade, sob pena de nulidade da decisão que a realizou. Precedentes.

2. In casu, entretanto, não se vislumbra o alegado constrangimento ilegal uma vez que a dinâmica dos fatos demonstra que houve efetivas tentativas de intimação do apenado para dar início ao cumprimento das penas restritivas, bem como para possibilitar-lhe a apresentação de justificativas, mas ele não foi encontrado no endereço constante dos autos de execução.

3. Writ não conhecido" (HC n. 354.072/SC, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 13/6/2016).

Dessa forma, a decisão está em consonância com entendimento jurisprudencial, porquanto foi realizada tentativa de intimação pessoal do sentenciado por meio de diversas diligências. Infrutíferas essas, foi determinada a intimação por edital, ao que o recorrido também não respondeu. Não há que se falar em ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa.

**In casu**, sequer seria exigível que o d. Juízo da execução expedisse, como fez, diversos ofícios, na medida em que é obrigação legal do apenado manter seu endereço atualizado nos autos.

Não há ilegalidade, outrossim, na determinação de que o recorrido inicie o cumprimento da pena privativa de liberdade restabelecida nos expressos termos fixados na sentença condenatória, no caso, em regime inicialmente aberto.

É cediço que a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça reconhece a imprescindibilidade da realização de audiência de justificação antes da conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade. Nesse sentido, HC 327.206/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe 7/6/2016; HC 264.600/RS, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Moura Ribeiro**, DJe 21/2/2014.

Contudo, tal entendimento não se aplica aos casos em que, por

# *Superior Tribunal de Justiça*

reiteradas vezes, o condenado deixa de atender o chamamento judicial, sem apresentar justificativa idônea para tanto. Ilustrativamente:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO ESPECIAL. CONVERSÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITO EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. PACIENTE ADVERTIDO QUATRO VEZES DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICADO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.*

*[...]*

*3. Segundo entendimento desta Corte, antes da conversão, é imprescindível a intimação do reeducando para que esclareça as razões do descumprimento. Isso porque cabe ao apenado, essencialmente, justificar o não cumprimento da reprimenda.*

*4. No caso, o paciente foi advertido acerca do cumprimento da pena de prestação de serviços à comunidade e, ainda assim, descumpriu a pena injustificadamente, fato que ensejou a conversão em pena privativa de liberdade, nos termos do art. 181, § 1º, alínea "b", da LEP.*

*5. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 374.843/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 25/4/2017).*

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. EXECUÇÃO PENAL. DESCUMPRIMENTO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS. INÚMERAS TENTATIVAS DE LOCALIZAR O APENADO PARA APRESENTAR JUSTIFICATIVA. CONVERSÃO EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. INEXISTÊNCIA.*

*[...]*

*2. Consolidou-se nesta Corte Superior entendimento no sentido de que, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, faz-se necessária a intimação do reeducando para, com a presença de defensor, esclarecer as razões do descumprimento das medidas restritivas de direito antes da conversão delas em pena privativa de liberdade.*

*3. Na espécie, entretanto, conforme ressaltado pelo Tribunal a quo, o juízo da execução observou o devido*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*processo legal ao designar audiência de justificação, com várias tentativas de localizar o reeducando nos endereços constantes nos autos.*

*[...]*

5. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 376.974/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 27/3/2017).

*"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ORDINÁRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ILEGALIDADE MANIFESTA. AUSÊNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*[...]*

2. *In casu, não se vislumbra manifesta ilegalidade nos autos, uma vez que o juízo a quo possibilitou ao paciente explicar-se em diversas oportunidades, por meio de tentativas de intimação pessoal, mas ele ficou-se inerte. Ademais, não se vislumbra qualquer prejuízo ao paciente, uma vez que, ao retomar o cumprimento da pena, em regime aberto, teve a oportunidade de justificar-se e requerer a reconsideração da decisão, mas não o fez.*

3. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 251.894/SC, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 30/4/2014).

*"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. PACIENTE NÃO LOCALIZADO PARA DAR INÍCIO AO CUMPRIMENTO DA REPRIMENDA. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS DE LOCALIZAÇÃO. QUESTÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. INOCORRÊNCIA DE PRÉVIA OITIVA DO APENADO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. AUSENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

1. *Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e deste Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, ante as alegações expostas na inicial, afigura-se razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*constrangimento ilegal.*

2. O Tribunal de origem afastou a alegação de que não foram esgotadas as vias ordinárias de localização do apenado. Com efeito, extrai-se dos autos que as tentativas de intimação do paciente remontam aos atos anteriores à primeira decisão de conversão da pena alternativa, cassada pelo Tribunal a quo em agravo pretérito. Desse modo, o acolhimento das teses recursais, no sentido de que o paciente não se exauriram as vias ordinárias de localização do paciente, demandaria acurada incursão probatória. Revela-se, contudo, inviável tal providência, diante de sua incompatibilidade com o rito de habeas corpus, caracterizado pela celeridade, sumariedade e vedação à dilação probatória e ao reexame fático.

3. É certo que a conversão da pena alternativa em corporal, via de regra e em prestígio às garantias do contraditório e da ampla defesa, exige a ouvida prévia do apenado para possível justificação. No caso vertente, todavia, tem-se a peculiaridade de que a conversão não ocorreu em decorrência de superveniente descumprimento das condições impostas para a substituição de penas, mas precisamente pela reiterada frustração das tentativas de localização do paciente nos endereços fornecidos em juízo para iniciar o cumprimento das reprimendas alternativas que lhe foram impostas. Em hipóteses análogas, esta Corte Superior tem concluído pela possibilidade de conversão imediata das penas com expedição de mandado de prisão em desfavor do apenado, sem prejuízo de que, uma vez localizado o apenado e iniciado o cumprimento da sanção corporal, possa vir o apenado a justificar-se. Precedentes.

*Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 302.885/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 2/9/2016).

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra, no caso, a existência de flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator

